

DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e92562>

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DESEMPENHO ACADÊMICO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS, DIFERENTES REFLEXÕES

**NATIONAL STUDENT ASSISTANCE PROGRAM (BRAZIL) AND ACADEMIC
INSTITUCIONAL PERFORMANCE INDICATOR: EMPIRICAL EVIDENCES,
DIFERENTE REFLECTIONS**

Abel Smith Menezes, Especialista

<https://orcid.org/0000-0002-8266-7313>

abel@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe | Programa de Pós-Graduação em Administração Pública
São Cristóvão | Sergipe | Brasil

Marcelo Antonio da Silva, Especialista

<https://orcid.org/0000-0003-2574-9483>

cecelo81@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe | Programa de Pós-Graduação em Administração Pública
São Cristóvão | Sergipe | Brasil

Kleber Fernandes de Oliveira, Doutor

<https://orcid.org/0000-0001-6568-6240>

koliveira@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe | Programa de Pós-Graduação em Administração Pública
São Cristóvão | Sergipe | Brasil

Kleverton Melo de Carvalho, Doutor

<https://orcid.org/0000-0003-1969-7955>

kleverton1@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe | Programa de Pós-Graduação em Administração Pública
São Cristóvão | Sergipe | Brasil

Alessandra Cabral Nogueira Lima, Doutora

<https://orcid.org/0000-0002-2519-429X>

alenuogueira@academico.ufs.br

Universidade Federal de Sergipe | Programa de Pós-Graduação em Administração Pública
São Cristóvão | Sergipe | Brasil

Recebido em 20/janeiro/2023

Aprovado em 24/março/2023

Publicado em 09/junho/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

Este estudo analisa possíveis evidências de melhor desempenho por parte dos alunos atendidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) da UFS. Foi realizada análise quantitativa, com método estatístico de regressão linear múltipla, da influência do PNAES na evasão e no rendimento acadêmico dos alunos beneficiados, cujos resultados indicaram melhor qualidade no índice de conclusão e na redução do índice de cancelamento dos beneficiados entre os anos de 2010 a 2020. O PNAES atingiu seus objetivos de incluir socialmente os mais vulneráveis, no âmbito do ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: PNAES. Avaliação. Desempenho Acadêmico.

ABSTRACT

This study analyzes possible evidence of better performance by students assisted by the National Student Assistance Program (PNAES) at UFS. A quantitative analysis was carried out, with a statistical method of multiple linear regression, of the influence of the PNAES on the dropout and academic performance of the benefited students, whose results indicated better quality in the completion rate and in the reduction of the cancellation rate of the beneficiaries between the years of 2010 to 2020. The PNAES has achieved its goals of socially including the most vulnerable, within the scope of higher education in Brazil.

Keywords: PNAES. Evaluation. Academic Performance

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa possíveis evidências de desempenho diferencial por parte dos alunos beneficiados pela assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe. Entre os anos de 2007 e 2020, houve significativo panorama de expansão na rede pública do ensino superior no Brasil, com a criação de 16 universidades públicas, passando de 96 para 112. Ocorreu, também, expansão no número de matriculados de 641.094 para 1.254.080; quanto aos ingressantes, o montante passou de 193.919 para 342.526, acompanhado pela diversificação de opções de curso, ampliando-se de 99.945 para 118.470 (INEP, 2010; INEP, 2020).

Apesar da expansão em destaque, o país não conseguiu superar o caráter excludente e socioeconomicamente diferenciado do acesso à educação superior. Estudos como o Mapa do Ensino Superior (BRASIL, 2020), evidenciam a persistência da baixa taxa de escolarização superior líquida em 17,9%, quando o mínimo ideal seria 33%, de acordo com as metas do Plano Nacional de Educação. No país, há predominância de pessoas brancas no ensino superior: 55% na rede privada e 49% na rede pública; jovens - 18 a 24 anos, sendo 59,2% na rede pública e 53,7% na rede privada.

Para combater as desigualdades sociais e regionais nas Instituições Federais de Ensino, foi criado, pela Portaria Normativa nº 39/2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que teve sua regulamentação através do Decreto nº 7.234 de 20/07/2010 (BRASIL, 2010). O PNAES tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens no ensino superior e é destinado, prioritariamente, para alunos oriundos da escola pública ou cuja renda familiar *per capita* seja de até 1,5 salário-mínimo. A lei determina que o programa deve ser avaliado e monitorado, com fins de aprimoramentos.

Para este estudo, escolheu-se a Universidade Federal de Sergipe (UFS) como caso de análise, por encontrar-se em um estado com significativo percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O valor da renda domiciliar *per capita* da população residente no Estado de Sergipe corresponde a R\$ 1.028,00, valor abaixo da média nacional, que é de R\$ 1.454,00 (IBGE, 2020). Na UFS o número de estudantes em situação de vulnerabilidade alcança o total de 3.767 no ano de 2021, de acordo com o resultado do edital de chamada pública (UFS, 2021). Com a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), promoveu-se amplo processo de interiorização, expandindo o número de alunos de graduação presencial: que

passou de 12.144 (em 2006) para 25.277 (2019), perfazendo o acréscimo de 108,1% no período. (RELATÓRIO DE GESTÃO UFS, 2019).

Assim, o estudo considera os ingressantes do ano de 2010 (ano em que foi regulamentado o PNAES) e de 2015, respeitando o prazo máximo para integralização de um curso, que é de 7 anos, na instituição examinada.

A despeito dos números e dos progressos, sobre o desempenho dos estudantes beneficiados pelo PNAES, a situação permanece incipiente. Face a essa realidade, o presente trabalho pretende responder sobre quais os resultados acadêmicos dos alunos da graduação presencial da UFS beneficiados pelo PNAES ingressantes nos anos 2010 e 2015, sob três aspectos especificamente: (a) a oferta e a demanda por assistência estudantil; (b) os resultados da taxa de evasão; e, (c) o desempenho acadêmico dos alunos beneficiados comparativamente aos não beneficiados.

Pesquisas acadêmicas sobre a temática ainda são uma fronteira no país, com destaque ao trabalho de Senkevics (2021), que investigou a heterogeneização dos estudantes socioeconômicos vulneráveis com a expansão de vagas e matrículas na educação superior após a oferta e políticas inclusivas. Vale menção, também, o estudo de Michelotto e Freire (2017), o qual concluiu pela tendência de crescimento na avaliação de política de assistência estudantil nas últimas duas décadas. Esses estudos são relevantes, mas não apresentam informações que defendam a manutenção do programa ou mesmo sugeriram possíveis correções. Há carência de trabalhos que se dediquem a avaliar ou apresentar evidências empíricas sobre os possíveis efeitos do investimento público através da assistência estudantil. Brito, Costa e Almeida (2019), bem como Lima e Mendes (2020), reforçam a necessidade de diferentes olhares sobre o PNAES, que sinalizem pontos fortes e fracos, permitindo avaliação e monitoramento a gestores públicos, pesquisadores, comunidade acadêmica e sociedade em geral.

O recurso PNAES é gerido nacionalmente pelo governo federal, portanto goza de padronização. Assim, as opções metodológicas apresentadas neste artigo podem ser aplicadas em qualquer universidade pública brasileira. De forma mais modesta, espera-se que os resultados aqui apresentados sirvam para reafirmar a importância do programa, mas principalmente, para auxiliar no monitoramento dos investimentos públicos e na avaliação dos resultados dessa política pública tão relevante para o país.

Para alcançar o objetivo do trabalho, este estudo procurou atender as seguintes hipóteses: (a) os alunos beneficiados com o PNAES têm menor taxa de evasão e melhor rendimento acadêmico de todo o corpo discente da instituição; (b) a evasão e o rendimento acadêmico dos estudantes beneficiados apresentam relação com a área de concentração (Exatas e Humanas). Formam o universo de análise os alunos da graduação presencial, beneficiados ou não pelo PNAES.

2 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Entende-se por política pública um conjunto de decisões e ações que tem por objetivo solucionar problemas da sociedade (SPAREMBERGER; OLEA, 2020). Nessa direção, Alencar et al (2019, p.30) afirmam que políticas públicas “são propostas e decisões tomadas pelo Estado com o objetivo de garantir a cidadania e sanar os problemas e necessidades da ordem pública.”. Um dos desafios na avaliação de políticas públicas é dispor de dados minimamente confiáveis em termos de cobertura e precisão, bem como sejam suficientes para documentar as principais realizações. Em geral, os dados disponíveis são de natureza administrativa e contábil.

Essa dificuldade é superável na medida em que o programa é bem desenhado, o que significa proceder três tipos de avaliação (BARROS; LIMA, 2017): ex-ante, destinada principalmente à previsão da magnitude dos impactos e para definir o melhor desenho para um novo programa; ex-post de percurso, a qual ocorre na fase de operação e servem para verificar a qualidade das previsões; ex-post de encerramento, útil para determinar a adequação das decisões adotadas, qualidade do programa e identificar as melhores práticas a serem adotadas em futuros programas. Portanto, o presente estudo se configura como uma avaliação ex-post de encerramento.

À avaliação de resultado interessa o atingimento do resultado proposto, o que, dentre os objetivos deste artigo configuraria, por exemplo, reduzir a evasão e a retenção ampliando as condições de permanência na educação superior, através de ações de assistência estudantil (BRASIL 2010). A avaliação de impacto, por sua vez, diz respeito à diferença entre o resultado que o grupo de referência atingiu (ou teria atingido) na presença do programa e o que esse mesmo grupo alcançou ou teria alcançado na ausência do programa), sendo este o principal desafio para a avaliação de impacto (BARROS; LIMA, 2017).

Aqui, talvez, resida a principal dificuldade de avaliar o impacto de programas como o PNAES: o Brasil não tem tradição em acompanhar o ciclo de estabelecimento e efetivação das políticas públicas (MORO, 2017). A avaliação de programas governamentais se faz necessária para permitir que haja um planejamento melhor dos recursos orçamentários. Essa avaliação contribui para o aperfeiçoamento das políticas públicas, fornecendo à sociedade informações que possibilitam um debate mais qualificado sobre os gastos públicos. (BRASIL, 2018).

A avaliação e o monitoramento, segundo Gertler *et al* (2018), colocam um núcleo básico de ferramentas que os órgãos interessados podem utilizar para verificar e melhorar a qualidade, eficácia e efetividade das políticas e dos programas nas várias etapas da implementação. No caso das universidades, para Brito, Costa e Almeida (2019), os processos sistemáticos de avaliação incidem em um planejamento e desenvolvimento das ações de assistência estudantil. As ações ofertadas para a assistência estudantil se encontram evidenciadas no Decreto 7.234/2010. Contudo, existe omissão quanto ao delineamento da avaliação e monitoramento do programa, ficando a cargo das universidades as metodologias e os mecanismos de controle para avaliação dos objetivos a serem alcançados (ELOI *et al*, 2019). Brito, Costa e Almeida (2019) afirmam que, por ser uma política pública, a assistência estudantil necessita de processos sistemáticos de avaliação que visem a constante melhoria no planejamento e desenvolvimento das ações de assistência ao estudante empreendidas nas Universidades.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES: COM A PALAVRA, O PNAES

A história da política educacional brasileira é repleta de desigualdades, alijamentos e impedimentos de grupos da sociedade ao acesso à educação, em função da sua condição social e econômica (BATISTA; SILVA, 2021). O ingresso e a permanência em uma universidade pública brasileira sempre foram um desafio para os alunos de baixa renda (SOUZA; COSTA, 2020), sendo a obrigatoriedade da promoção da Educação para todos institucionalizada pela Carta Magna (SOUZA; COSTA, 2020). A partir do século XXI, houve uma política educacional de expansão do Ensino Superior através da aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE, para o período 2001 a 2010, que teve, como um de seus objetivos, a redução das desigualdades sociais e regionais no que se refere ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública (BATISTA; SILVA, 2021).

Para Sant'anna e Moreira (2019), no que tange ao ensino superior, o PNE tanto possibilitou a expansão do acesso, quanto estimulou a criação de programas de assistência estudantil, com o objetivo de subsidiar estudantes socialmente vulneráveis com rendimento acadêmico satisfatório. Visando implementar as ações contidas no PNE com relação à expansão do ensino superior no Brasil, no ano de 2007 foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto-Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007).

O REUNI possibilitou que as instituições tivessem condições para a ampliação do acesso e da permanência no ensino superior de estudantes, especificamente na graduação. Nesse esteio, com o objetivo de propor os meios visando garantir à permanência e o sucesso na conclusão do curso de ensino superior, para os alunos da graduação das IFES, atendendo assim, o disposto no Decreto-Lei nº 6.096/2007, foi proposto o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e normatizado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRITO; COSTA; ALMEIDA, 2019).

A comunidade estudantil que pode ser beneficiada pelo PNAES está prevista no art. 5º do Decreto nº 7.234/2010, quando prioriza os estudantes oriundos da escola pública ou cuja renda familiar é de até um salário-mínimo e meio. Na UFS, a seleção se dá por meio de edital, sendo considerados a vulnerabilidade socioeconômica e o fato de se ter, ou não, vínculo empregatício, dentre outros aspectos (UFS, 2016).

A evasão é compreendida por Habowski, Branco e Conte (2021) como sendo a interrupção do curso por parte do estudante, estando ele em qualquer momento do curso. Este entendimento é ratificado por Silva, Cabral e Pacheco (2020) e Oliveira e Magrone (2021), quando afirmam que a evasão ocorre quando um aluno matriculado em determinado ano não tem sua matrícula localizada no ano seguinte. Para Marques (2020), há um grande problema de evasão no ensino superior no Brasil.

Conjuntamente com estudos sobre evasão, interessa ao PNAES o desempenho acadêmico dos estudantes, para auxiliar nas decisões das ações de políticas públicas. Afirmam Silva e Carvalho (2020) que a expressão “desempenho acadêmico” tem diferentes significados na literatura, porém está frequentemente associado aos resultados obtidos com a realização das atividades acadêmicas.

No geral, o PNAES considera as seguintes categorias e o respectivos acompanhamentos analíticos: desempenho acadêmico – média geral ponderada, média de curso, taxa de eficiência no período letivo, taxa de eficiência na carga horária; evasão - abandono, cancelamento, jubramento e exclusão, conforme se observa na Figura 1.

Figura 1 Acompanhamento PNAES



Fonte: Elaboração dos Autores (2023).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é do tipo descritiva e causal, por analisar relações entre variáveis e examinar causalidades (CRESWELL, 2010; GIL, 2017). Caracteriza-se, também, como um estudo quantitativo, investigando as questões e as hipóteses já citadas anteriormente. O universo analisado abarca a comunidade acadêmica de graduação presencial da Universidade Federal de Sergipe, que segundo dados da Pró Reitoria de Assuntos Estudantil e Comunitários (PROEST) correspondeu a um total de 1.702 discentes, considerando este um censo, haja vista que as análises procederam nessa totalidade.

O artigo analisa os resultados acadêmicos das coortes de alunos ingressantes de 2010 e 2015, com posição em junho de 2022. Para tanto, considera como indicadores a oferta e a demanda por assistência estudantil, taxa de evasão, média de curso, taxa de eficiência no período letivo e taxa de eficiência na carga horária. O estudo possui como fonte de evidências os dados obtidos no Cadastro UFS e no Sistema de Pagamento das Bolsas. Os dados utilizados têm origem em duas bases, sendo a primeira o cadastro acadêmico discente, e a segunda, os registros de pagamento dos auxílios.

O procedimento inicial consistiu em relacionar as duas bases de forma a acompanhar o histórico de recebimentos ao longo dos anos a partir de 2010.

Para analisar os dados e conseguir responder às hipóteses, utilizou-se a seguinte sequência: (a) conhecendo o perfil dos estudantes; (b) identificando a forma de ingresso; (c) a

movimentação de todos os alunos durante o período de estudo; (d) a movimentação dos alunos beneficiados com o PNAES; e, (e) o desempenho acadêmico dos alunos.

Para atender aos objetivos do estudo, estabeleceu-se as variáveis e indicadores expressos no Quadro 1:

Quadro 1 Demonstrativo das Variáveis e Indicadores

OBJETIVOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
Quais são os resultados acadêmicos dos alunos que ingressaram na graduação presencial da UFS beneficiados no PNAES nos anos 2010 e 2015	Os alunos beneficiados com o PNAES têm menor taxa de evasão e melhor rendimento acadêmico de todo o corpo discente da instituição.	<ul style="list-style-type: none"> ● Oferta e a demanda por assistência estudantil. ● Taxa de evasão. ● Média de curso. ● Taxa de eficiência no período letivo (IEPL) ● Taxa de eficiência na carga horária (IECH)
	A evasão e o rendimento acadêmico dos estudantes beneficiados apresentam relação com a área de concentração (Exatas e Humanas)	

Fonte: Elaborado pelos Autores (2023).

3.1 PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS UTILIZADOS E COORTES EXAMINADOS

A análise estatística descritiva e regressão linear múltipla foi utilizada para comprovar as duas hipóteses estabelecidas: (a) os alunos beneficiados com o PNAES têm menor taxa de evasão e melhor rendimento acadêmico de todo o corpo discente da instituição; (b) a evasão e o rendimento acadêmico dos estudantes beneficiados apresentam relação com a área de concentração (Exatas e Humanas).

A regressão linear múltipla é uma técnica de análise multivariada de dados que permite analisar a relação existente entre uma única variável dependente e duas ou mais variáveis independentes (CORRAR et al, 2009). Assim, para se aferir qual a influência do recurso PNAES na evasão e no rendimento acadêmico baseou-se o modelo estatístico conforme é ilustrado na Figura 2.

Figura 2 Modelo Estatístico Utilizado na Análise

$$desempenho = \alpha + \beta * dummy + \epsilon \quad (1)$$

$$dummy = \begin{cases} 1, & \text{se foi assistido;} \\ 0, & \text{demais casos} \end{cases} \quad (2)$$

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados e discutidos os achados desta pesquisa, sendo dividido em dois subcapítulos: a coorte de ingressantes em 2010 e em 2015 – uma análise global da UFS e olhando a comunidade acadêmica da UFS, no qual são apresentados os resultados das análises das variáveis estabelecidas.

4.1 A COORTE DE INGRESSANTES EM 2010 E EM 2015 – UMA ANÁLISE GLOBAL DA UFS

A forma de ingresso dos alunos da UFS nos cursos de Graduação no ano de 2010 correspondeu a 0,85% do total dos alunos ingressantes nas Universidades Federais do país. Já em 2015 este percentual reduziu para 0,60% do total de alunos matriculados na rede pública federal de ensino superior (INEP, 2020). Os dados da Tabela 1 mostram que dos 6.523 ingressantes em 2010, 4.720 (72%) dos alunos ingressaram por vestibular, sendo pertinente destacar o expressivo ingresso de 1.002 (15%) de portadores de diploma. Já para 2015, a coorte foi composta por 6.058 alunos, sendo que 92% ingressaram através do Vestibular ou Enem. Esse volume é 465 menor que os ingressantes em 2010.

Tabela 1 Ingressantes por forma de ingresso na UFS - 2010 e 2015

Forma de ingresso	2010		2015	
	Alunos	Percentual	Alunos	Percentual
Continuidade De Estudos	55	0.8	11	0,18
Convênio	1	0.0	4	0,07
Enem	102	1.6	81	1,34
Opção de Curso	17	0.3	2	0,03
Portador de Diploma	1002	15.4	275	4,54
Portador de Diploma Estrangeiro	-	-	2	0,03
Readmissão	19	0.3	29	0,48
Sub Judice	84	1.3	15	0,25
Transferência Compulsória	5	0.1	11	0,18
Transferência Interna	141	2.2	167	2,76
Transferência por Resolução	1	0.0	6	0,1
Transferência Voluntária	376	5.8	11	0,18
Vestibular	4720	72.4	5444	89,86
Total	6523	100.0	6058	100.0

Fonte: Registro acadêmico/SIDI/Prograd (2023).

Chama atenção, na Tabela 2, que do total de ingressantes em 2010, 3.838 (58,8%) tenham cancelado o curso, volume inclusive superior aos 2.584 (39,6%) que concluíram ou

são formando ou graduando. Em 2015, quase 57,7% desses ingressantes haviam cancelado o curso, proporção similar ao verificado na coorte de 2010, 58,8%. Por outro lado, 27,8% dos ingressantes lograram concluir o curso, ante os 39% que ingressaram em 2010. Tem-se, portanto, a persistência do cancelamento com redução da conclusão.

Tabela 2 Status dos ingressantes na UFS - 2010 e 2015 - Posição jun./2022

Status	2010		2015	
	Alunos	Percentual	Alunos	Percentual
ATIVO	85	1.3	612	10,1
CANCELADO	3838	58.8	3499	57,76
CONCLUÍDO	2554	39.2	1686	27,83
FORMANDO	9	0.1	106	1,75
GRADUANDO	21	0.3	79	1,3
TRANCADO	16	0.2	76	1,25
Total	6523	100.0	6058	100.0

Fonte: Registro acadêmico/SIDI/Prograd (2023).

Esses dois resultados são fundamentais para destacar que o cancelamento é, talvez, mais pernicioso à taxa de sucesso que a retenção. Isto porque o aluno retido, ainda que prolongue sua permanência na UFS, pode concluir seu curso e, em algum momento, contribuir positivamente para a taxa de sucesso. Já o cancelamento implica necessariamente em perda definitiva desse ingressante, representando um dos fatores que limitam a expansão da taxa de sucesso. Para Gambirage (2021) e Santos (2021), a problemática da evasão nas Instituições de Ensino Superior gera não só prejuízos acadêmicos, mas também financeiros e sociais ao país.

Este cenário não envolve somente instituições públicas. Dados do INEP indicam que o maior percentual de evasão se concentra nas instituições privadas de Ensino Superior, onde 53% dos seus alunos ingressantes, no ano de 2011, evadiram após o quinto ano, em detrimento aos 44% da esfera pública federal, no mesmo período (INEP, 2020). No mesmo levantamento, o percentual de evasão no Brasil correspondeu a 55%.

Nota-se que os cancelamentos por parte daqueles que ingressaram em 2010, conforme Tabela 3, são mais expressivos até o terceiro ano, no qual 2.390 (62,3%) ingressantes cancelaram suas matrículas. Já a conclusão de cursos ocorre com maior frequência entre o quarto e sextos anos, com 1.681 (65,8%) alunos, e se estende aos anos seguintes com intensidade decrescente, denotando a persistência da retenção. A esse respeito, observa-se que

277 (10,8%) alunos permaneceram sete ou mais anos até a conclusão, contando ainda com 85 ingressantes de 2010 com vínculo ativo. O cenário para a coorte de ingressantes de 2010 é, portanto, de combinação entre elevado nível de cancelamento e extrapolação do prazo máximo de integralização.

Da mesma forma que na coorte de 2010, os cancelamentos ocorrem principalmente nos dois primeiros anos de vida acadêmica, envolvendo 53.7% dos ingressantes de 2015. Chama atenção que o número de cancelamentos seja o dobro (108%) dos alunos que concluíram seus cursos.

Tabela 3 Status por ano de última movimentação dos ingressantes em 2010 e 2015 na UFS - Posição jun./2022

Ano	Ativo		Cancelado		Concluído		Formando		Graduando		Trancado	
	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2010	2015
2010	0	0	347	0	9	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	671	0	24	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	632	0	63	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	740	0	298	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	356	0	700	0	0	0	1	0	0	0
2015	0	0	302	913	526	3	0	0	2	0	0	0
2016	0	0	218	966	455	16	0	0	3	0	0	0
2017	0	0	204	567	201	25	0	0	2	0	0	0
2018	0	0	157	434	170	286	0	0	3	0	0	0
2019	0	0	96	263	71	661	0	0	3	16	0	0
2020	0	0	98	310	23	524	0	0	2	15	0	0
2021	85	612	13	45	13	171	9	106	4	48	16	76
Total	85	612	3834	3.499	2553	1.686	9	106	20	79	16	76

Fonte: Registro acadêmico/SIDI/Prograd (2023).

Dado esses cenários, cumpre-nos avançar, investigando as possíveis influências da assistência estudantil nos níveis de cancelamento na UFS.

4.1.1 Os beneficiados pelo PNAES – 2010 e 2015

Para responder as hipóteses nas quais afirmam que os alunos beneficiados com o PNAES têm menor taxa de evasão e melhor rendimento acadêmico de todo o corpo discente da instituição, bem como e a evasão e o rendimento acadêmico dos estudantes beneficiados apresentam relação com a área de concentração (Exatas e Humanas), convém retomar aos dados da Tabela 2. Esse demonstrativo expõe que o acesso aos benefícios da assistência

estudantil cresce ao longo da permanência do aluno. Dentre os ingressantes de 2010, acessaram a assistência estudantil 1.702 alunos, que representa 26.1% do total de ingressantes naquele ano. Considerando o status atual, segundo a última movimentação da coorte examinada, os dados da Tabela 4 mostram que 65% dos beneficiados concluíram o curso, índice que supera em 26 pontos percentuais a população não beneficiada. O índice de cancelamentos, por sua vez, foi de 33%, estando -26% abaixo daquele calculado para a população que não acessou ao benefício, conforme dados da Tabela 2, citada no Subcapítulo 4.1, em comparação com a Tabela 4.

Tabela 4 Status por ano de última movimentação dos ingressantes em 2010 e 2015 na UFS - Posição jun./2022

Status	2010		2015	
	Alunos	Percentual	Alunos	Percentual
ATIVO	17	1.0	196	12.5
CANCELADO	562	33.0	446	28.4
CONCLUÍDO	1110	65.2	823	52.3
FORMANDO	2	0.1	41	2.6
GRADUANDO	7	0.4	39	2.5
TRANCADO	4	0.2	28	1.8
Total	1702	100.0	1573	100.0

Fonte: Registro acadêmico/SIDI/Prograd (2023).

Os resultados dos alunos da coorte de 2015 beneficiados pelo PNAES apresentam menor taxa de cancelamento (28,4%), proporção inclusive inferior ao observado na coorte de 2010, que foi 33%. No entanto, a proporção de alunos que lograram concluir o curso foi 52,3%, índice menor que o estimado para a coorte de 2010, 65,2%, conforme visto na Tabela 4.

Esses resultados, ainda que preliminares, são indícios importantes de que o objetivo de viabilizar a permanência dos alunos no ensino superior foi alcançado. Mas, então, o que garante que a aplicação dos recursos PNAES seja efetiva para atingir o objetivo de reduzir as taxas de evasão e de retenção? A resposta a essa pergunta pode ser dada através dos estudos de Ferreira (2021) e Mussliner et al (2021), os quais concluíram que programas governamentais destinados a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica atingem os seus objetivos quanto à redução da taxa de evasão e de retenção. No entanto, os programas ainda carecem de ajustes para que se tenha uma eficácia plena.

Segundo Michelotto e Freire (2017) a literatura sobre o tema é escassa, apesar de o número de alunos ter aumentado no ensino superior nas últimas décadas, provocando sérias preocupações quanto à permanência e ao sucesso acadêmico desses alunos.

Os dados da Tabela 5 indicam que os alunos beneficiados do ano de 2010 apresentam desempenho melhor que os demais alunos. Observa-se que, tanto na Média Geral Ponderada (MGP, que vigorou até 2015) quanto na Média de Conclusão (MC, a partir de 2015), os alunos beneficiados apresentaram desempenho superior comparativamente aos que não acessaram o programa (7,3 contra 5,9 e 6,8 contra 6,1, respectivamente). Considerando o Índice de Eficiência de Carga horária (que mede a aprovação em carga horária em relação ao total de carga horária solicitada), os alunos beneficiados também apresentaram levemente superior aos não assistidos. Tal vantagem também é observada no Índice de Eficiência de Período Letivo (IEPL).

Tabela 5 Desempenho médio dos ingressantes em 2010 e 2015 segundo acesso a benefícios da assistência estudantil na UFS - Posição jun./2022

Variável	Média		Desvio padrão		Mínimo		Máximo	
	2010	2015	2010	2015	2010	2015	2010	2015
Não recebeu								
MGP	5.9	4.8	2.956	3.603	0	0	10	10
MC	6.1	3.9	1.913	3.239	0	0	10	10
IECH	0.6	0.5	0.243	0.272	0	0.3	1	1
IEPL	0.5	0.5	0.2	0.248	0.3	0.3	1.1	1.1
Recebeu								
MGP	7.3	7.1	1.505	2.019	0	0	10	10
MC	6.8	6.4	1.367	2.261	0	0	10	9.53
IECH	0.7	0.8	0.224	0.243	0	0.3	1	1
IEPL	0.6	0.7	0.207	0.25	0.3	0.3	1.1	1.1

Fonte: Registro acadêmico/SIDI/Prograd (2023).

Em que pese ser a diferença na MGP e MC ser expressiva, o mesmo não pode ser dito sobre o IECH e IEPL. Assim, recorre-se à análise de regressão linear para testar hipótese de significância estatística. Isto foi realizado com base no modelo de regressão tendo como variável dependente MGP, MC, IEPL e IECH. A variável independente assume valor 1 para os casos em que o aluno recebeu assistência, e 0 para os demais casos.

O desempenho da coorte de 2015 não é comparável à coorte de 2010, dado a mudança na forma de cálculo da MGP e MC. Ainda assim, o desempenho dos beneficiados é superior

aos não beneficiados. A MGP do primeiro grupo foi de 7,1, enquanto os não beneficiados tiveram média 4,8 pontos. Essa vantagem permanece tanto na MC, quanto na IECH e IEPL (Ver Tabela 5).

Os dados das Tabelas 6 confirmam que todas as diferenças em favor dos alunos beneficiados são estatisticamente significativas. Note que, comparativamente à média da UFS, tanto a MGP quanto a MC são superiores em 1,4 (sig<0,01) e 0,72 (sig<0,01), como também a eficiência no período letivo e na carga horária são maiores em 0,1 (sig<0,01). Nota-se que os resultados do modelo linear da Tabela 7, referente ao ano 2015, mostram que todas essas diferenças em favor dos alunos beneficiados são estatisticamente significativas (p<0,01).

Tabela 6 Diferença nos resultados de desempenho entre alunos beneficiados e não beneficiados pela assistência estudantil, que ingressaram em 2010 na UFS – Posição jun./2022

	Variável dependente			
	MGP	MC	IECH	IEPL
Assistido = 1	1.406*** (0.075)	0.723*** (0.078)	0.102*** (0.010)	0.100*** (0.009)
Constante	5.919*** (0.038)	6.076*** (0.043)	0.610*** (0.006)	0.494*** (0.005)
Observações	6,523	2,414	2,433	2,414
R2	0.051	0.035	0.038	0.049
R2 ajustado	0.051	0.034	0.037	0.049
Resíduo erro padrão	2.655 (df = 6521)	1.763 (df = 2412)	0.237 (df = 2431)	0.202 (df = 2412)
F Estatística	352.988***	86.478***	95.345***	125.612***

Nota *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Registro acadêmico/SIDI/Prograd, 2023.

Tabela 7 Diferença nos resultados de desempenho entre alunos beneficiados e não beneficiados pela assistência estudantil, que ingressaram em 2015 na UFS – Posição jun./2022

	Variável dependente			
	MGP	MC	IECH	IEPL
Assistido = 1	2.300*** (0.096)	2.573*** (0.089)	0.253*** (0.008)	0.227*** (0.007)
Constante	4.841*** (0.049)	3.852*** (0.046)	0.528*** (0.004)	0.485*** (0.004)
Observações	6,056	5,945	5,945	5,945
R2	0.087	0.124	0.150	0.139
R2 ajustado	0.087	0.124	0.150	0.139
Resíduo erro padrão	3.266 (df = 6054)	3.013 (df = 5943)	0.265 (df = 5943)	0.248 (df = 5943)
F Estatística	577***	840***	1,048***	960***

Nota *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Registro acadêmico/SIDI/Prograd (2022)

4.2 OLHANDO A COMUNIDADE ACADÊMICA DA UFS

Dadas algumas características do aluno e a unidade a que pertence, recorre-se à aplicação do modelo de regressão linear com variáveis preditoras qualitativas para identificar como a diferença de desempenho ocorre quando esses atributos são considerados. O modelo é descrito na Figura 3:

Figura 3 Modelo Estatístico para Identificar Diferença de Desempenho

$$\begin{aligned}
 MC, IEPL, IECH = & \alpha + \delta_1 \text{recebe} + \delta_2 \text{preto} + \delta_3 \text{mulher} + \delta_4 \text{redepublica} + \\
 & + \delta_5 \text{ccaa} + \delta_6 \text{ccet} + \delta_7 \text{ccbs} + \delta_8 \text{cech} + \\
 & + \delta_9 \text{ccsa} + \delta_{10} \text{campusita} + \delta_{11} \text{campusilar} + \delta_{12} \text{campuslag} + \\
 & + \gamma_1 \text{recebe} * \text{preto} + \gamma_2 \text{recebe} * \text{mulher} + \gamma_3 \text{recebe} * \text{pública} + \\
 & + \gamma_4 \text{recebe} * \text{ccaa} + \gamma_5 \text{recebe} * \text{ccet} + \gamma_6 \text{recebe} * \text{ccbs} + \\
 & + \gamma_7 \text{recebe} * \text{cech} + \gamma_8 \text{recebe} * \text{ccsa} + \gamma_9 \text{recebe} * \text{campusita} + \\
 & + \gamma_{10} \text{recebe} * \text{campuslar} + \gamma_{11} \text{recebe} * \text{campuslag} + e
 \end{aligned}
 \tag{3}$$

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Dentre as variáveis preditoras acima foram dicotomizadas no Quadro 2:

Quadro 2 Definição das Variáveis Preditoras e Interações

VARIÁVEL	DEFINIÇÃO
Recebe	define se o aluno foi beneficiado pelo PNAES, fazendo 1, caso verdadeiro e 0, caso contrário.
Preto	Atribui 1 para os alunos autodeclarados pretos e 0 para os demais casos.
Mulher	Atribui 1 para os alunos autodeclarados mulheres e 0 para os demais casos.
Rede pública	Atribui 1 para os alunos egressos de escolas públicas e 0 para os demais casos.
INTERAÇÃO	
Recebe*Preto: Interação entre variáveis;	Recebe*cech: Interação entre variáveis;
Recebe*Mulher: Interação entre variáveis;	Recebe*ccsa: Interação entre variáveis;
Recebe*Rede pública: Interação entre variáveis;	Recebe*campusita: Interação entre variáveis;
Recebe*ccaa: Interação entre variáveis;	Recebe*campuslar: Interação entre variáveis;
Recebe*ccet: Interação entre variáveis;	Recebe*campuslag: Interação entre variáveis;
Recebe*ccbs: Interação entre variáveis;	

Fonte: Elaborado pelos Autores (2023).

Analisando os resultados da regressão constante na Tabela 8, tem-se que o desempenho dos alunos na média de curso mostra que, mantidas constante as demais variáveis, os alunos assistidos apresentam média 2,3 superior aos dos não assistidos. Os

autodeclarados pretos apresentam média inferior em 0,41 ponto comparativamente aos dos não pretos.

As mulheres apresentam média superior em 0,67 ponto comparativamente aos homens. Quando não assistidas, a média de curso das mulheres é de 5,5; dentre as assistidas, a média passa a 7,4. Os alunos egressos de escola pública possuem rendimento inferior em 0,62 ponto, não havendo interação significativa com a assistência estudantil.

O acesso ao benefício, segundo unidades acadêmicas, considerando com base comparativa o Campus do Sertão, foi significativo em algumas unidades. No Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), a nota média dos assistidos foi de 7,4, enquanto, dentre alunos não assistidos, a média foi de 6,1. No Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), a média dos alunos assistidos foi de 7,5, enquanto, dentre alunos não assistidos a média, foi de 6,2. No Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), o desempenho dos alunos que receberam benefício foi de 7,4, enquanto, dentre alunos não assistidos a média, foi de 6. No campus de Laranjeiras, os alunos que recebem benefício apresentaram média de 6,8, enquanto, dentre alunos não assistidos, a média foi de 6. No Campus de Lagarto, os alunos que receberam benefícios apresentaram média de 7,3, enquanto, dentre alunos não assistidos a média, foi de 5,8 pontos.

Os resultados também sugerem os alunos assistidos também apresentam eficiência maior em 0,278. Os alunos autodeclarados pretos possuem eficiência menor em 0,052, ponto comparativamente aos não brancos, da mesma forma que os alunos egressos da rede pública possuem eficiência menor em 0,064 em relação aos oriundos da rede privada. As mulheres mantêm maior eficiência, quando comparada aos homens, em 0,066.

As interações dessas variáveis com o acesso aos benefícios mostram não haver diferença significativa do IEPL quando o aluno é autodeclarado preto. A mulher e beneficiada apresenta eficiência de 0,96, sendo 0,73 quando não recebe benefício. Considerando os Centros e Campi, tem-se que a eficiência dos alunos do Campus de Lagarto é 0,91, enquanto entre os que não recebem, a eficiência foi de 0,77.

A eficiência no período letivo, que mede relação entre a carga horária acumulada pela carga horária esperada, é também significativamente maior em 0,294 ponto entre os alunos assistidos. Note a permanência tanto da desvantagem dos alunos autodeclarados pretos e oriundos da rede pública, como vantagem das mulheres.

Nos Centro e Campi, os alunos do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), que são assistidos, possuem eficiência de 0.69, enquanto entre os não atendidos a eficiência é de 0.49. No CCBS, os alunos assistidos apresentam IEPL de 0.8, sendo de 0.63 entre os que não recebem. No CECH, a diferença é de 0.72 para os que recebem e 0.58 para os que não recebem. Da mesma forma, no CCSA, a eficiência aumenta de 0.6 para 0.75 dentre os alunos assistidos. Os alunos do Campus de Laranjeira beneficiados possuem IEPL de 0.68, enquanto os não assistidos, 0.57.

Tabela 8 Resultados do modelo de regressão linear para os ingressantes em 2015 – UFS

	Variável dependente		
	MC	IECH	IEPL
dummy_rec	2.355*** (0.452)	0.278*** (0.050)	0.291*** (0.049)
preto	-0.406*** (0.117)	-0.052*** (0.013)	-0.049** *
mulher	0.665*** (0.081)	0.066*** (0.009)	0.057*** (0.009)
rede_publica	-0.621*** (0.082)	-0.064*** (0.009)	-0.057** *
ccaa	-0.229 (0.410)	-0.151*** (0.045)	-0.252** *
ccet	-0.436 (0.381)	-0.129*** (0.042)	-0.217** *
ccbs	1.281*** (0.389)	0.046 (0.043)	-0.084** (0.042)
cech	1.346*** (0.382)	0.016 (0.042)	-0.131** *
ccsa	1.155*** (0.388)	0.0004 (0.043)	-0.110** *
campusita	0.290	-0.023	-0.138** *

	Variável dependente		
	MC	IECH	IEPL
	(0.398)	(0.044)	(0.043)
campuslar	1.171*** (0.445)	-0.028 (0.049)	-0.137** *
campuslag	1.091*** (0.404)	0.113** (0.045)	0.021 (0.044)
dummy_rec:preto	0.204 (0.206)	0.021 (0.023)	0.010 (0.022)
dummy_rec:mulher	-0.509*** (0.143)	-0.047*** (0.016)	-0.048** *
dummy_rec:redes_publica	0.115 (0.156)	0.002 (0.017)	0.005 (0.017)
dummy_rec:ccaa	-0.214 (0.507)	0.041 (0.056)	-0.020 (0.055)
dummy_rec:ccet	-0.665 (0.447)	-0.073 (0.049)	-0.099** (0.048)
dummy_rec:ccbs	-1.069** (0.464)	-0.089* (0.051)	-0.114** (0.050)
dummy_rec:cech	-1.049** (0.452)	-0.111** (0.050)	-0.149** *
dummy_rec:ccsa	-0.972** (0.482)	-0.086 (0.053)	-0.144** *
dummy_rec:campusita	-0.265 (0.480)	-0.046 (0.053)	-0.083 (0.052)
dummy_rec:campuslar	-1.518*** (0.561)	-0.130** (0.062)	-0.185** *
dummy_rec:campuslag	-0.962** (0.484)	-0.138*** (0.053)	-0.186** *
Constant	4.836*** (0.381)	0.659*** (0.042)	0.711*** (0.041)
Observations	4,650	4,650	4,650
R2	0.186	0.209	0.200
Adjusted R2	0.182	0.205	0.196
Residual Std. Error (df = 4626)	2.204	0.244	0.238
F Statistic (df = 23, 4626)	46.022***	53.101***	

	Variável dependente		
	MC	IECH	IEPL
			50.302**
			*

Nota: * $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$

Fonte: Registro acadêmico/SIDI/Prograd (2023).

5 CONCLUSÃO

O estudo apresentou evidências sobre os efeitos positivos dos investimentos em assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe sobre o desempenho e eficiência acadêmica dos alunos assistidos. Comprovou-se, dessa forma, as hipóteses estabelecidas de que os alunos beneficiados com o PNAES têm menor taxa de evasão e melhor rendimento acadêmico de todo o corpo discente da instituição, bem como a evasão e o rendimento acadêmico dos estudantes beneficiados indicam relação com a área de concentração (Exatas e Humanas). As análises consideraram duas cortes de ingressantes, 2010 e 2015, e centra atenção nesta última. Os resultados dos modelos de regressão linear explanam a existência de menor evasão e melhor desempenho em favor dos beneficiados, com destaque para maior média de conclusão (MC), assim também de eficiência na carga horária (IECH) e de período letivo (IEPL). Ao considerar centros ou unidades acadêmicas, verificou-se que os alunos assistidos também apresentam indicadores sugestivos de efeito diferencial positivo da assistência estudantil.

Ao considerar a participação das mulheres dentro do grupo dos beneficiados, observou-se desempenho melhor que os homens em todas as unidades acadêmicas. Os egressos de escolas públicas e os autodenominados de raça preta possuem resultado abaixo dos egressos das escolas particulares, e autodenominados pardos e brancos, respectivamente. Tais resultados confirmaram a desvantagem social de parte dos alunos da UFS, o que reforça a necessidade de não apenas de manutenção da Assistência Estudantil, como também investimentos em ações de apoio pedagógico para mitigar essas vulnerabilidades.

Em termos metodológicos, o presente estudo apresenta indícios de que os investimentos em assistência estudantil vão ao encontro dos objetivos do PNAES, sobretudo em garantir a permanência no ensino superior à população mais pobre, manifestado tanto através da menor evasão, quanto melhores médias de curso e eficiência na utilização da carga horária.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, I. P. V.; CARDOSO JÚNIOR, H. M.; LUNAS, D. A. L. Constituição da política do desenvolvimento territorial rural em Goiás: análise do acesso às políticas públicas pelos territórios. **Revista Cerrados**, Montes Claros/MG, v.17, n. 1, p. 26-52, jan./jun.-2019

BARROS, R. P. de; LIMA, L.. Avaliação de Impacto de Programas Sociais. Por que, para que e quando fazer? *In*: FILHO, N. A. M.; PINTO, C. C. X.(orgs). **Avaliação Econômica de Projetos Sociais**. 3. ed. -- São Paulo: Fundação Itaú Social, 2017.

BATISTA, M. do C. de S.; SILVA, L. C. da. Políticas de permanência estudantil na Universidade Federal do Piauí: aspectos de sua operacionalização. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-23, jan./dez. 2021.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post*, volume 2. Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília: **Casa Civil da Presidência da República**, 2018.v. 2 (301 p.)

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul.2010.

BRASIL. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Casa Civil da Presidência da República**. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 03/08/2022

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020** [recurso eletrônico]. – Brasília. 2022.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 03/08/2022

BRITO, A. C. T. da C.; COSTA, A. K. T. da; ALMEIDA, V. L. de. Gestão Universitária: Políticas Comparadas De Monitoramento Do Programa Bolsa Permanência Em Universidades Federais Brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 14, n. esp. 3, p. 1862-1875, out., 2019. E-ISSN: 1982-5587.

CORRAR, L. J; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M.. Análise multivariada. *In*: RODRIGUES, A.. **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas.. 1.ed – 2. reimp. – São Paulo: Atlas, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ELOI, S. de S. S.; SILVA, F. C. da; SILVEIRA, S. de F. R.; BAÊTA, O. V.. O Programa Nacional De Assistência Estudantil – PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV): Uma Avaliação na Percepção dos Beneficiários. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 106-129, set./dez. 2019.

FERREIRA, L. C. C.. **Assistência Estudantil Na Universidade De Brasília: Uma Avaliação De Sua Efetividade Brasília**. 2021. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Mestrado Profissional em Gestão Pública da Faculdade de Planaltina, Universidade de Brasília). Brasília. 2021

GAMBIRAGE, C.; Da SILVA, J. C.; HEIN, N.; DOMINGUES, M. J. C. de S.; KROENKE, A.. Entre razões e emoções da evasão universitária, o contexto importa? Uma análise das instituições comunitárias catarinenses. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 3, p. 715-730, jul./set. 2021

GERTLER, P. J.; MARTÍNEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, L. B.; VERMEERSCH, C. M. J.. **Avaliação de Impacto na Prática**. 2 ed. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HABOWSKI, A. C.; BRANCO, L. S. A.; CONTE, E.. Evasão na EAD: perspectivas de prevenção. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 3 p. 01-20, jul./set. 2020

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua – PNAD contínua**. [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 18 mar. 2022.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa de Ensino Superior no Brasil**. 2020. 10ª Ed. Disponível em <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=mapa+do+ensino+superior+no+brasil+2020+pdf>. Acesso: 22/07/2022

LIMA, W. A. S.; MENDES, V. L. P. S.. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 199-218, mar. 2020.

MARQUES, Felipe Tumenas. A VOLTA AOS ESTUDOS DOS ALUNOS EVADIDOS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2020, v. 50, n. 178 [Acessado 3 Dezembro 2022], pp. 1061-1077. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053147158>>. Epub 30 Nov 2020. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053147158>.

MICHELOTTO, M. A.; FREIRE, P. de S.. Avaliação de políticas de assistência estudantil na educação superior: uma revisão sistemática. In: 3ª Avalies - Simpósio Avaliação da Educação Superior. **Anais** [...] Florianópolis. 2017.

MORO, C.. Avaliação de contexto e políticas públicas para a educação infantil. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.3, n.1, jan-abr. 2017, p.44-56

MUSSLINER, B. O.; MUSSLINER, M. de S. e S.; MEZA, E. B. M.; RODRÍGUEZ, G. L.. O problema da evasão universitária: um desafio à democratização do ensino superior público. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.4, p. 42738-42758 apr 2021

OLIVEIRA, J. A. M. de; MAGRONE, E.. Evasão escolar: apreensões e compreensões em contexto adverso. **Revista Labor**, V. 1, N. 26, 2021

SANT'ANNA, M. C. de; MOREIRA, G. E.. Caracterização da Política de Assistência Estudantil: um enfoque na Universidade de Brasília. **UNITAU**, Taubaté/SP - Brasil, v. 12, n 3, edição 25, p. 7 - 19, Setembro/Dezembro 2019.

SANTOS, W. C.. Evasão no Ensino Superior Privado. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, e63101321034, 2021

SENKEVICS, A. S.. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020 **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais**. V.3 n.4. p. 199-246. 2021

SILVA, F. C.; CABRAL, T. L. O.; PACHECO, A. S. V. Evasão ou permanência? Modelos preditivos para a gestão do Ensino Superior. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 149. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5387>.

SILVA, J.de C. R.; CARVALHO, C. F. de. Autorregulação de aprendizagens e o desempenho acadêmico. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 26, p. 3-21, 2020.

SOUZA, L. M. de; LUCENA, C. A.. Estado e Políticas Públicas Educacionais: Reflexões sobre as práticas neoliberais. In: IV Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no tempo presente. **Anais [...]**, Uberlândia, 2008.

SOUZA, R. C. de; COSTA, M. A. T. S. da. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.107, p. 362-385, abr./jun. 2020.

SPAREMBERGER, R. F. L.; OLEA, T. Campos. Cotas eleitorais de gênero e espaços de decisão: em busca de uma eficiente política pública de inclusão para a promoção de uma democracia real. **Revista direitos sociais e políticas públicas** (unifafibe). – vol. 8, n. 1, 2020

UFS. **Relatório de Gestão**. 2019. Disponível em: <https://www.ufs.br/pagina/3314>. Acesso em 29/07/2022

UFS. **Resolução Interna 08/2016/CONSU**. 2016. Disponível em: https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf . Acessado em 29/07/2022

UFS. **Resultado final da Chamada Pública**. 2021. Disponível em:<https://proest.ufs.br/conteudo/69503-resultado-final-da-chamada-publica>. Acessado em: 08/08/2022